

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE

ALIMENTOS PROVISIONAIS

PEDIDO DE CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA EM CONSENSUAL

EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ... VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE AUTOS Nº brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de, portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliado (a) na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado e, brasileiro (a), (estado civil), profissional da área de, portador (a) do CIRG n.º e do CPF n.º, residente e domiciliado (a) na Rua, n.º, Bairro, Cidade, Estado, por intermédio de seu (sua) advogado(a) e bastante procurador(a) (procuração em anexo - doc. 01), com escritório profissional sito à Rua, nº, Bairro, Cidade, Estado, onde recebe notificações e intimações, vem mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor CONVERSÃO DE SEPARAÇÃO LITIGIOSA EM SEPARAÇÃO CONSENSUAL nos termos do artigo 4º da Lei 6.515/77, combinado com os artigos 1.121 a 1.124 do CPC, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos. DOS FATOS A requerente e o Requerido são casados pelo Regime da Comunhão Parcial de Bens desde, portanto há mais de 2(dois) anos, como exige o artigo 4º da Lei de Divórcio e conforme comprova a certidão de casamento inclusa. Do casamento nasceu um filho –, nascido na data de As partes por mútuo consentimento acordam que o filho do casal ficará sob a guarda da mãe, cabendo ao pai o direito de visita nos finais de semana, Sábado e Domingo e feriados alternados, tendo o filho em sua companhia, como também, durante às férias escolares, 15 dias no mês de julho e 30 dias no final de ano. Concordam também, que nas festas comemorativas de Páscoa, Natal e passagem do Ano Novo, o filho passará na companhia do pai nos anos pares, cabendo a mãe nos anos ímpares. Estipulam as partes que o Requerente contribuirá para a manutenção do filho, com a importância de R\$mensais, a ser depositado em cader neta de poupança em nome de, conta nº....., do banco, agencia, até o dia de cada mês. A requerente e o Requerido durante a vida em comum não compraram nenhum tipo de bens imóveis, portanto não há bens imóveis a partilhar. A Requerente, por estar exercendo atividade remunerada, renuncia à pensão alimentícia, isentando seu marido de sua prestação. A Requerente readquirirá seu nome de solteira, ou seja,

DOS PEDIDOS Ex positis, com fundamento no artigo 4º da Lei 6.515/77 combinado com os artigos 1.120 a 1.124 do Código de Processo Civil, e sendo demonstrada a firme determinação em se separarem e ficando pactuado o exposto acima, requerem que uma vez ouvido o representante do Ministério Público, seja deferido e homologado o presente pedido nos termos da Lei. Nesses Termos, Pede Deferimento. Local e data ... Advogado OAB ASSINATURA DO CÔNJUGE VARÃO ASSINATURA DO CÔNJUGE VIRAGO